

ARTIGO

DOI 10.35953/raca.v6i2.217

NECROPOLÍTICA E DIREITO À ALIMENTAÇÃO NO BRASIL: CENÁRIO ENTRE O PODER POLÍTICO E A PANDEMIA DE COVID-19

NECROPOLETTICS AND THE RIGHT TO FOOD IN BRAZIL: A SCENARIO BETWEEN POLITICAL POWER AND THE COVID-19 PANDEMIC

NECROPOLÍTICA Y EL DERECHO A LA ALIMENTACIÓN EN BRASIL: UN ESCENARIO ENTRE EL PODER POLÍTICO Y LA PANDEMIA DE COVID-19

Marlon Henrique Costa de Castro¹**RESUMO**

A partir de 2019, quando um novo governo federal exclui a fome de sua agenda política, os níveis de insegurança alimentar crescem em todo território nacional. Este trabalho pretende analisar a realidade do Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil durante o período da pandemia de COVID-19 e apresentar o impacto do fazer político frente a essa questão, concluindo que, em alguns momentos, o esvaziamento de políticas públicas e a negligência diante do enfrentamento de problemas de grande impacto social podem partir do lugar de controle político sobre a vida da população. Através de uma recapitulação histórica e sociológica que alcança o período da crise sanitária e da pandemia de COVID-19, este trabalho nos guiará pelas atuações de entidades internacionais e nacionais, bem como pela implementação de políticas públicas que visam assegurar uma alimentação digna à população brasileira. Partindo de uma perspectiva antropológica, e considerando os resultados apresentados pela pesquisa “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil”, publicada pela Rede PENSSAN em 2021, e pelo estudo “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil”, do grupo de pesquisa *Food for Justice*, da Freie Universität Berlin, também de 2021, analisaremos os impactos das decisões políticas. Utilizamos os conceitos de Biopoder e Biopolítica para apontar como o agir político é crucial para gerir a vida e de que modo a negligência também pode ser uma escolha – a fim de compreender quais mecanismos são responsáveis pelo exercício da Necropolítica.

Palavras-chave: antropologia da alimentação; Necropolítica; COVID-19.¹Mestre. Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Federal de Goiás. Egresso.E-mail: profmarlondecastro@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7095-9608>

ABSTRACT

Since 2019, when a new federal government excluded hunger from its political agenda, levels of food insecurity have risen across the country. This paper aims to analyze the reality of the Human Right to Adequate Food in Brazil during the period of the COVID-19 pandemic and present the impact of political action on this issue, concluding that, at times, the emptying of public policies and negligence in facing problems of great social impact can come from the place of political control over the lives of the population. Through a historical and sociological recapitulation that covers the period of the health crisis and the COVID-19 pandemic, this work will guide us through the actions of international and national entities, as well as the implementation of public policies aimed at ensuring decent food for the Brazilian population. From an anthropological perspective, and considering the results presented by the survey "National Survey on Food Insecurity in the Context of the COVID-19 Pandemic in Brazil", published by the Rede PENSSAN in 2021, and the study "Effects of the pandemic on food and the food security situation in Brazil", by the Food for Justice research group at the Freie Universität Berlin, also of 2021, we will analyze the impacts of political decisions. We use the concepts of Biopower and Biopolitics to point out how crucial political action is to managing life and how negligence can also be a choice - in order to understand which mechanisms are responsible for the exercise of Necropolitics.

Keys-words: anthropology of food; Necropolitics; COVID-19.

RESUMEN

Desde 2019, cuando un nuevo Gobierno Federal excluyó el hambre de su agenda política, los niveles de inseguridad alimentaria aumentó en todo el país. Este artículo tiene como objetivo analizar la realidad del derecho humano a una alimentación adecuada en Brasil durante el período de la pandemia de COVID-19 y presentar el impacto de la acción política en esta cuestión, concluyendo que, en ocasiones, el vaciamiento de las políticas públicas y la negligencia a la hora de afrontar problemas de gran impacto social pueden provenir del control político sobre la vida de la población. A través, de una recapitulación histórica y sociológica que abarca el período de la crisis sanitaria y la pandemia de COVID-19, este trabajo nos guiará a través de las acciones de entidades internacionales y nacionales, así como de la implementación de políticas públicas destinadas a garantizar una alimentación digna para la población brasileña. Desde una perspectiva antropológica, y teniendo en cuenta los resultados presentados por la encuesta "Encuesta nacional sobre la inseguridad alimentaria en el contexto de la pandemia de COVID-19 en Brasil", publicada por la Rede PENSSAN en 2021, y el estudio "Efectos de la pandemia sobre la alimentación y la situación de la seguridad alimentaria en Brasil", del grupo de investigación FoodforJustice de la FreieUniversitätBerlin, también en el 2021, daremos análisis los impactos de las decisiones políticas. En este lapso utilizamos los conceptos de Biopoder y Biopolítica para señalar lo crucial que es la acción política y gestionar la vida y cómo la negligencia también puede ser una elección, con el fin de comprender qué mecanismos son responsables del ejercicio de la Necropolítica.

Palabras clave: antropología de la alimentación; Necropolítica; COVID-19.

INTRODUÇÃO

Este resumo se refere à dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás, sob o título “Acesso à alimentação adequada e saudável no Brasil: cenário entre o poder político e a pandemia de COVID-19”, em 2023¹.

Na introdução, reflito sobre minha trajetória acadêmica e as motivações que me levaram a dedicar meus esforços à área da Antropologia da Alimentação, inicialmente atraído por temas afins, como comida, gastronomia, identidade e pertencimento associados ao ato de comer. Meu trabalho de conclusão de curso já abordava questões relacionadas ao ensino-aprendizagem das cozinhas regionais e à criação das identidades ligadas a esse fenômeno, o que me levou a propor uma pesquisa sobre a sociabilidade nos ambientes de consumo de alimentos fora de casa, especialmente em restaurantes que oferecem pratos típicos.

Com a pandemia de COVID-19, que atingiu o Brasil em 2020, percebi a necessidade de adaptar minha pesquisa. O foco inicialmente proposto, centrado na "experiência de goianidade" em restaurantes, foi substituído pela investigação sobre o acesso e o consumo de alimentos durante o isolamento social. A importância das escolhas alimentares dentro das casas e a noção de "essencial" para as famílias foram o que me levou a desenvolver uma análise mais profunda sobre as mudanças nas práticas alimentares e a segurança alimentar no Brasil. Neste trabalho, procuro explorar a fome como um problema social e político, analisando suas causas, consequências e as respostas governamentais, com foco especial no período da pandemia de COVID-19.

METODOLOGIA

A pesquisa, que atravessa discussões culturais, sociais e políticas, busca examinar as condições de insegurança alimentar exacerbadas pela pandemia e a atuação do governo federal nesse contexto. Para isso, utiliza dados secundários das recentes pesquisas “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil”, publicada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) em 2021², e “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil”, conduzida pelo grupo de pesquisa *Food for Justice*, da Freie Universität

Berlin, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade de Brasília, também em 2021³. Ambas investigam o impacto da crise sanitária na alimentação da população brasileira.

Por ter sido produzida majoritariamente durante o período crítico da pandemia de COVID-19, não foi possível realizar trabalho de campo. Dessa forma, a pesquisa baseia-se inteiramente nos dados coletados pelos estudos já citados, e sua análise crítica.

A pesquisa também inclui uma revisão da literatura existente sobre alimentação, fome, políticas públicas e o direito humano à alimentação adequada, bem como os conceitos de biopolítica e necropolítica, que estão presentes na etapa mais crítica do desenvolvimento do trabalho. Realiza-se ainda uma análise crítica das políticas públicas voltadas ao tema em diferentes contextos internacionais, com ênfase na realidade brasileira, discutindo os mecanismos de governamentalidade e o papel do Estado na mitigação – ou na produção – da fome, conforme propõe o questionamento deste estudo.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

A fome é um dos problemas mais graves que afetam a humanidade, sendo uma expressão máxima da desigualdade social inerente ao sistema capitalista⁽⁴⁾. Em “Geografia da Fome”⁵, Josué de Castro caracteriza a fome como um problema social, ou seja, não apenas uma questão de falta de alimentos, mas também um problema político e econômico, relacionado à distribuição de renda, ao acesso a recursos e à efetivação de políticas públicas.

A trajetória da alimentação como um direito no Brasil remonta à primeira metade do século XX, com a criação de políticas e programas voltados à segurança alimentar. O programa Fome Zero, lançado em 2003, representou um marco importante na luta contra a fome, com iniciativas como o cartão-alimentação e a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)⁶. Nesse contexto, o Brasil conseguiu sair do Mapa da Fome da ONU em 2014, e um cenário mais otimista começou a surgir. No entanto, o golpe político-institucional que culminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016 resultou em um

retrocesso nas políticas de segurança alimentar, o que contribuiu para o aumento da incidência da fome e da insegurança alimentar no país^{7,8}.

Ponto central na discussão desta pesquisa, o direito à alimentação adequada é reconhecido como um direito humano fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos⁹ e pelo Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais¹⁰, documentos esses cujo Brasil é signatário. No Brasil, esse direito foi incorporado à Constituição Federal em 2010, por meio da Emenda Constitucional nº 64. Diferentemente de outros países citados nesta pesquisa, no Brasil, os direitos sociais são considerados direitos positivos, e por isso o Estado tem a obrigação de respeitar, proteger, promover e prover o direito à alimentação, garantindo que todas as pessoas tenham acesso físico e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos.

No entanto, a implementação desse direito enfrenta diversos desafios, especialmente em contextos de crise econômica e política. A pandemia de COVID-19 agravou significativamente a insegurança alimentar no Brasil, afetando cerca de 116,8 milhões de pessoas em algum grau. A ausência de políticas públicas eficazes e o desmonte de programas sociais – como a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) já no primeiro dia do governo Bolsonaro, em 2019 – contribuíram para o agravamento da fome no país. Tais decisões, de cunho político, evidenciam o desinteresse e/ou a negligência do governo federal à época em lidar com o problema da fome¹¹.

O auxílio emergencial, embora tenha sido uma medida importante, mostrou-se insuficiente para garantir a segurança alimentar da população. Em 2020, no auge da crise sanitária causada pela COVID-19, dados da Rede PENSSAN mostraram que 116,8 milhões de brasileiros viviam em algum grau de insegurança alimentar, sendo que 19 milhões enfrentavam a fome².

O impacto da insegurança alimentar no Brasil durante a primeira onda da COVID-19, em 2020, manifestou-se em números alarmantes: 55,2% dos domicílios brasileiros enfrentavam algum nível de insegurança alimentar, e, dentre esses, 9% estavam em situação de fome. As regiões Norte e Nordeste foram as mais afetadas².

A pesquisa "Efeitos da Pandemia na Alimentação e na Situação de Segurança Alimentar no Brasil", realizada pelo grupo *Food for Justice*, ratificou esses dados, mostrando que 59% dos domicílios entrevistados vivenciavam insegurança alimentar. A redução no consumo de alimentos saudáveis foi significativa, especialmente entre as famílias mais pobres³.

Ao explicitar o quadro alarmante de insegurança alimentar da população brasileira, era de se esperar que o poder político agisse de modo a mediar e sanar o problema. No entanto, o que se presenciou durante a pandemia de COVID-19 foi exatamente o oposto. Nesse sentido, torna-se pertinente chamar à discussão os conceitos de biopolítica e necropolítica.

A pesquisa aborda a necropolítica, conceito desenvolvido pelo filósofo Achille Mbembe, como o uso do poder político e do controle estatal de forma a exercer o poder de morte sobre a população¹², principalmente em contextos de conflito e marginalização. A necropolítica é apresentada como uma extensão da biopolítica, conforme formulada por Foucault¹³, deslocando o foco do governo da vida para a capacidade do Estado de decidir sobre a morte – ou seja, quem deve ou pode viver.

No texto, esse fenômeno é evidenciado através das escolhas políticas – ou da ausência delas – e pela forma como a questão da fome é tratada com negligência. Tal postura compromete o acesso à alimentação adequada e impacta diretamente a vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social, evidenciando um exercício deliberado de exclusão e abandono por parte do Estado.

A necropolítica se manifesta nas estruturas de poder ao considerar determinadas vidas como descartáveis, evidenciando como a fome e a pobreza são utilizadas como ferramentas de controle sobre grupos marginalizados. Considero aqui a fome como um projeto político, podendo ser usada como forma de pressionar esses grupos. Essa visão crítica aponta para o fato de que o desmonte das políticas públicas consiste em decisões políticas a fim de perpetuar e acentuar a vulnerabilidade desses indivíduos, considerados como um gasto para a máquina pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fome no Brasil é um problema complexo, que envolve questões econômicas, sociais e políticas. A pandemia de COVID-19 evidenciou as desigualdades e expôs as fragilidades do sistema de assistência social no país. A ausência de políticas públicas em alimentação eficazes, a inexistência de um órgão competente, vinculado ao governo federal, com a função de acompanhar e promover tais políticas, bem como o desmonte de programas sociais, contribuíram para o agravamento da fome e da insegurança alimentar.

É fundamental que o Estado assuma sua responsabilidade de garantir o direito humano à alimentação adequada, implementando políticas públicas efetivas e promovendo a segurança alimentar e nutricional. A reconstrução do CONSEA e a retomada de programas como o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são passos importantes nessa direção. No entanto, é necessário ir além, promovendo reformas estruturais que garantam o acesso universal a alimentos saudáveis e nutritivos, e combatam as desigualdades sociais e econômicas que perpetuam a fome no Brasil.

A fome não é um fenômeno natural, mas uma construção da sociedade e do sistema político-econômico capitalista. Combatê-la exige não apenas políticas de assistência social, mas também mudanças estruturais que promovam a justiça social e a equidade, somente assim será possível garantir o direito humano à alimentação adequada e construir um futuro em que a fome seja apenas uma memória do passado.

Este trabalho busca demonstrar que toda decisão tomada no âmbito político – seja ela positiva ou negativa para a população, com potencial de melhorar ou agravar uma situação – é motivada por um interesse previamente estabelecido, como parte da execução de um plano com objetivos defendidos. No caso aqui analisado, o objetivo foi o extermínio simbólico (e, em alguns casos, literal) de parcelas da população que dependem financeiramente do Estado para manter níveis mínimos de bem-estar social. É a isso que se refere o conceito de necropolítica. Esse foi o cenário que marcou a atuação política do Brasil durante os anos de governos liberais e neoliberais, desde o Impeachment de 2016.

O poder soberano, conforme explicitado por Foucault¹², se reformula frente aos desafios sociais contemporâneos. Sua atualização, a necropolítica, refere-se aos mecanismos e ferramentas governamentais utilizados para “fazer morrer” àqueles que são vistos como os “outros” dentro do sistema capitalista – especialmente os que não produzem ou não geram riqueza. A tentativa aqui é estabelecer como essa categoria de “outros” pode também estar relacionada à ideologia política, o que possibilita a construção de uma imagem desses indivíduos como uma “ameaça biológica”, justificando – para alguns – a sua atuação a fim de exterminar esses indivíduos diferentes.

Enquanto a biopolítica está relacionada à gestão da vida e à promoção da saúde e do bem-estar, a necropolítica concentra-se na regulação da morte e na possibilidade de controle sobre a vida dos mais vulneráveis. Dessa forma, a ausência de intervenções adequadas durante a pandemia, que resultou em graves consequências para esses grupos, pode ser entendida como uma expressão prática da necropolítica.

Esse trabalho propõe, portanto, um novo olhar sobre um tema já amplamente debatido nas produções acadêmicas, abarcando conceitos que lançam luz sobre novas nuances de atuação, e nos fazer enxergar que toda decisão é, essencialmente, política – principalmente quando o que está em jogo é a vida das populações mais vulneráveis.

REFERÊNCIAS

1. Castro MHC. Acesso à alimentação adequada e saudável no Brasil: cenário entre o poder político e a pandemia de Covid-19 [dissertação]. Goiânia: Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás; 2023.
2. Teixeira F, Brasil O, Luiz F, Gomes C. Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede PENSSAN; 2021. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf
3. Galindo E, Teixeira MA, Araújo M, Motta R, Pessoa M, Mendes L, et al. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. [dados não publicados].
4. Comciencia. O legado de Josué de Castro sobre a "maior calamidade social". Comciencia [Internet]. 2021. Disponível em: <https://www.comciencia.br/o-legado-de-josue-de-castro-sobre-a-maior-calamidade-social/>
5. Castro J de. Geografia da fome. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2002.
6. Rocha M da. Segurança alimentar. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; 2004.
7. Alencar K. Estudo dos EUA aponta desmonte autoritário de políticas públicas no Brasil. UOL Notícias [Internet]. 2021 Jul 22. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/colunas/kennedy-alencar/2021/07/22/estudo-dos-eua-aponta-desmonte-autoritario-de-politicas-publicas-no-brasil.htm>

8. Alegretti L. Não é só efeito da pandemia: por que 19 milhões de brasileiros passam fome. BOL Notícias [Internet]. 2021 Jun 28. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2021/06/28/nao-e-so-efeito-da-pandemia-por-que-19-milhoes-de-brasileiros-passam-fome.htm>
9. UNICEF. Declaração Universal dos Direitos Humanos [Internet]. Brasília: UNICEF; 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
10. Assembleia Geral das Nações Unidas. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Nova York: ONU; 1966 Dec 16.
11. Castro IRR de. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. Cad Saúde Pública. 2019;35(2):e00009919.
12. Mbembe A. Necropolítica. São Paulo: n-1 edições; 2020.
13. Foucault M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: WMF Martins Fontes; 2010.